

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 020/2018,
DE 15 DE MAIO DE 2018.**

**Altera dispositivos da Lei Municipal nº
2.599/2015.**

ABEL GRAVE, Prefeito de Ibirubá-RS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 68, inciso I, da Lei Orgânica do Município, remete a apreciação desta Augusta Câmara de Vereadores, o seguinte Projeto de Lei Municipal:

Art. 1º Altera o *caput* do Art. 13, da Lei Municipal nº 2.599, de 09 de junho de 2015, que passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 13. A Secretaria do Conselho será formada por representantes da Prefeitura Municipal, sendo composta pelo 1º Secretário e 2º Secretário.”

Art. 2º Altera o *caput* do Art. 14, o § 1º e alíneas “b”, “c”, “g”, o § 2º e alíneas “f”, “g” “h”, e o § 3º, do mesmo artigo, da Lei Municipal nº 2.599, de 09 de junho de 2015, que passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 14. O Conselho do Plano Diretor apresentará composição híbrida, composto por representantes do executivo municipal, territorial, da sociedade civil organizada, e de outros órgãos, totalizando um número de 15 (quinze) representantes titulares e respectivos suplentes.

§ 1º A representação do executivo municipal se dará através de 7 (sete) membros, distribuídos da seguinte forma:

(...)

b) 02 representantes do Setor de Projetos;

c) 01 representante do Setor de Cadastro Imobiliário ou Fiscalização de Obras;

(...)

g) 01 representante da Secretaria da Indústria e Comércio.

§ 2º A representação de outros Órgãos e da sociedade civil organizada se dará através de 8 (oito) membros, distribuídos pela seguinte forma:

(...)

f) 01 representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo com registro no município de Ibirubá;

g) 01 representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia com registro no município de Ibirubá;

h) 01 representante do Comércio/Serviço e 01 representante da Indústria;

(...)

§ 3º A representação territorial se dará através de 2 (dois) membros, sendo 1 (um) pertencente à área urbana, escolhido entre os presidentes das Associações dos bairros e 1 (um) membro representante da área rural, escolhido entre as comunidades rurais.”

Art. 3º Altera o *caput* do Art. 21, da Lei Municipal nº 2.599, de 09 de junho de 2015, que passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 21. Todas as atas, deliberações e resoluções do Conselho deverão ser publicadas no *site* oficial do Município, em *link* próprio do Plano Diretor.”

Art. 4º Revoga a alínea “e” do § 1º e as alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do § 2º, do Art. 14, da Lei Municipal nº 2.599/2015.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE IBIRUBÁ,
em 15 de maio de 2018.

ABEL GRAVE,
Prefeito de Ibirubá-RS.

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 020/2018,
DE 15 DE MAIO DE 2018.**

MENSAGEM

ASSUNTO: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.599/2015.

PROPONENTE: PODER EXECUTIVO

TRAMITAÇÃO: REGIME DE URGÊNCIA

FUNDAMENTAÇÃO: Competência: Lei Orgânica do Município/90, artigo 68, inciso I.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Encaminhamos a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal nº 020/2018, para o qual pedimos apreciação em REGIME DE URGÊNCIA.

O Projeto de Lei em epígrafe altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.599/2015, que dispõe sobre o Conselho do Plano Diretor, sendo alterada a representatividade do Conselho, que passará a contar com 15 (quinze) representantes, onde 7 (sete) membros representam o Executivo municipal e, 8 (oito) representam outros Órgãos e a sociedade civil organizada.

Sendo o que temos para o momento, subscrevemo-nos, renovando elevados protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,

ABEL GRAVE,
Prefeito de Ibirubá.

EXMO Sr.
VEREADOR VAGNER OLIVEIRA,
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
IBIRUBÁ-RS.